

ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA: A FORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA E DESAFIOS DA INTERDISCIPLINARIDADE

Prof. Dr Gilberto Luis Alves UNIDERP /Campo Grande – MS.

Professor-pesquisador do Curso de Mestrado de Meio Ambiente e
Desenvolvimento Regional da Universidade Anhanguera-UNIDERP, em
Campo Grande , MS

Palavras-chave: história da ciência, evolução, capitalismo.

O tema proposto permitiu-me retornar a uma reflexão iniciada em minha dissertação de mestrado, defendida em 1981 (ALVES, 1981, p. 9-17). Ao longo do tempo, pontualmente, aspectos específicos dessa reflexão se fizeram presentes em diversos de meus escritos, mas só agora volto a considerá-la em seu conjunto.

Essa reflexão se iniciava pela consideração das duas grandes vertentes do desenvolvimento científico em nossa época, cujas determinações devem ser buscadas ainda no século XVIII, mas que ganham maior visibilidade após a Revolução Francesa, marco clássico de instauração do Estado burguês.

Para colocar a questão pode-se remontar a uma crítica contundente ao conteúdo apologético da ciência burguesa, formulada por Marx no *Pós-fácio da 2ª. edição de O capital*.

“A burguesia conquistara poder político, na França e na Inglaterra. Daí em diante, a luta de classes adquire, prática e teoricamente, formas mais definidas e ameaçadoras. Soou o dobre de finados da ciência econômica burguesa. Não interessava mais saber se este ou aquele teorema era verdadeiro ou não; mas importava saber o que, para o capital, era útil ou prejudicial, conveniente ou inconveniente, o que contrariava ou não a ordenação policial. Os pesquisadores desinteressados foram substituídos por espadachins mercenários, a investigação científica imparcial cedeu lugar à consciência deformada e às intenções perversas da apologética.” (MARX, s.d., p. 11)

Lukács, em particular, retomou mais tarde a investigação da tendência de desenvolvimento dessa anti-ciência, aprofundando-a e caracterizando-a como uma forma de manifestação da *decadência ideológica burguesa* (LUKÁCS, 1968, p. 49-111).

Em resumo, a decadência ideológica corresponderia ao retrocesso no desenvolvimento das formas de expressão burguesas, processo que se iniciou a partir do momento em que a burguesia transformou-se numa classe reacionária, após ter dobrado a seus pés a ordem feudal. Revolucionária até então, no decorrer do acirramento das lutas de classes, entre 1848 e 1851, a burguesia européia se viu contestada pelo proletariado, nova classe que se

engendrara e se expandira por força do próprio desenvolvimento da sociedade capitalista. O *povo* se desunira em definitivo, resultando em frangalhos o *terceiro estado*.

A reação da classe dominante, explícita através da ação do Estado, foi de auto-preservação quando o aliado da véspera começou a ameaçar a estabilidade da ordem que criara. Essa necessidade de auto-preservação foi determinante para a imposição de limites às formas de expressão burguesas, dentre as quais à própria ciência.

A partir desse momento, o que passou a reger a atividade científica já não foi mais a *verdade*, mas a busca do *conhecimento útil ao capital*. Da perspectiva burguesa a história se realizara. Portanto, as contradições do real deixavam de impulsionar a investigação científica, que se entregava, em paralelo, ao esforço dirigido a velá-las (*Id., ibid.*, p. 51).

Dessa forma, a consolidação da sociedade burguesa, com a superação dos últimos óbices postos pela ordem feudal, apontou dois caminhos distintos para o desenvolvimento do saber. De um lado, a partir do conteúdo científico da economia clássica, da dialética hegeliana e da crítica às concepções socialistas utópicas, Marx e Engels erigiram uma ciência – a *ciência da história* – que tinha como objeto a sociedade capitalista, vista como um todo; de outro, a ciência burguesa, reacionária desde então, centrada na função de legitimar o domínio de classe recém inaugurado.

O primeiro caminho desembocou na necessidade de desenvolvimento da investigação científica, já agora tendo como objeto a sociedade enquanto totalidade; o segundo se corrompeu na apologia e na especialização do saber.

Para se avaliar melhor a degradação da ciência burguesa, é indispensável ter como parâmetro a natureza do avanço a que correspondeu o surgimento da *ciência da totalidade*. Com efeito, antes de Marx, o desenvolvimento da economia clássica na Inglaterra, e da filosofia clássica na Alemanha, por exemplo, observaram trajetórias que lhes conferiam uma autonomia aparente (LUKÁCS, 1974, p. 240). Cada uma delas correspondia, então, à consciência de um momento particular do desenvolvimento da sociedade burguesa. Dessa forma, em função do nível de desenvolvimento das forças produtivas, a aparência de autonomia revelava, ela própria, na época, o progresso alcançado por essas ciências teóricas. O caráter necessário desse desenvolvimento autônomo também se evidencia, pois somente levado às últimas conseqüências criaria as condições de sua superação e do surgimento da *ciência da totalidade*; somente o desenvolvimento autônomo clarearia os limites dessa autonomia, para desnudar, finalmente, sua condição de aparência.

Não surpreende, portanto, que posteriormente, já numa fase de maior desenvolvimento das forças produtivas, Marx e Engels tenham fecundado sua teoria e seu método com essas contribuições. É um fato que muitas das verdades particulares da economia e da filosofia clássicas são básicas para o marxismo. Mas, evidentemente, a contribuição fundamental de Marx e Engels foi além ao superar a autonomia dessas ciências, na medida em que o método por eles empregado desnudou sua aparência de sistemas

fechados e independentes, expondo os seus objetos como fatores da totalidade. Essas ciências não estariam subordinadas a leis próprias, mas às leis da totalidade concreta (*Id., ibid., loc. cit.*).

“Apenas conhecemos uma ciência, a da história” (MARX e ENGELS, s.d., p.18) é uma frase dos fundadores do marxismo que dá margem a controvérsias, mas que guarda consonância com o entendimento esboçado, desde que a ciência da história seja concebida como a ciência da totalidade concreta.

Resumindo, a autonomia aparente das ciências, antes de Marx, revelava a própria estrutura social da sociedade capitalista, isto é, correspondia ao estágio de desenvolvimento das forças produtivas então alcançado. Como decorrência, resultava essa autonomia, ela própria, num produto histórico.

Como contrapartida ao surgimento da ciência da história, quando historicamente já fora demonstrada a inexistência da autonomia das ciências, a anti-ciência burguesa empreendeu seu desenvolvimento sob a perspectiva da especialização do saber. Esse artifício postulava a autonomia das ciências nascentes e encerrava, entre suas *“perversas intenções”*, a preocupação de atomizar a investigação do real, gerando toda sorte de dificuldades no sentido de que o homem o reconstituísse enquanto concreto pensado, de que o homem retornasse à unidade original da totalidade concreta. Com essa marca manifesta de decadência ideológica surgiu a sociologia, por exemplo, que, enquanto “ciência autônoma” pretende “estudar as leis e a história do desenvolvimento social *separando-as da economia*”. (LUKÁCS, 1968, p. 64)

Essa cisão arbitrária, que secciona os objetos das ciências de sua base econômica, foi determinante na origem de todas as demais ciências estigmatizadas pela especialização do saber.

As ciências nascentes passaram a se focalizar sobre áreas cada vez mais restritas do real, enquanto os campos do conhecimento correspondentes se transformaram em domínios fechados, cujo acesso passou a se constituir privilegiado monopólio dos respectivos especialistas. Essa tendência gerou, também, a reivindicação, a propósito de defesa da ética profissional, de que os especialistas de domínios alheios não interferissem em campos que não os seus. Nos dias de hoje, as associações profissionais das diferentes especialidades se esmeram no sentido de defender, a qualquer preço, esse corporativismo científico.

Lukács ainda alerta para o fato de que as diversas ciências especializadas de nossa época vêm passando por constantes alterações de forma, que se evidenciam no plano do discurso. De uma oposição sistemática e aberta à ciência da história, nos primeiros tempos, em função do desenvolvimento material e do aprofundamento das contradições do capitalismo, o discurso científico foi atenuando, aparentemente, esse combate, até assumir, no limite, um ecletismo que incorporou muitas das categorias de análise marxistas. Em essência, porém, essas ciências sempre cumpriram a função de combater o caminho científico trilhado pelo marxismo, nunca abdicando, na prática, ao exercício da apologia do capital.

As mudanças de forma do discurso científico burguês são evidências de um processo mais fundamental: a “burguesia (...) tornou-se incapaz de defender ideologicamente as suas posições com as suas próprias forças” (LUKÁCS, 1974, p. 237). Daí porque essa classe mobiliza lideranças do proletariado para servirem-na, ao mesmo tempo em que se apropria de categorias da ciência da história, abordagem teórico-metodológica que sofre uma necessária distorção nas mãos de seus “*espadachins mercenários*”, os cientistas.

A *evolução* da ciência burguesa ao revelar a presença de um componente que permeia sistematicamente as elaborações das ciências especializadas, o ecletismo, impõe uma análise mais detida.

O ecletismo tem na especialização do saber sua pedra angular. Seu fundamento é não se propor a constituir um sistema, mas sim a *conciliar os sistemas*. Para tanto, procura *selecionar* o que há de *válido e positivo* em cada um deles. Parte do pressuposto de que cada *orientação metodológica* se *especializa* numa esfera do real, jamais podendo esgotá-lo como um todo, portanto. Como se depreende, o ecletismo subentende que a unidade do real seria reconstituída em pensamento pelo somatório dos conhecimentos desenvolvidos por todas as ciências.

Ao assumir esta forma de relativismo ideológico, isto é, ao ignorar as implicações políticas dos diversos sistemas, com o que se permite conciliar o inconciliável, “o ecletismo é epistemologicamente ‘conservador’ e limitado, mesmo quando acompanhado de sinceras intenções progressistas. Aliás, sua originalidade maior, e não por acaso, consiste em sempre se apresentar acompanhado do qualificativo dialético.” (NOGUEIRA, 1978, p. 51)

Verifica-se, sob esse aspecto, que, em nossos dias, as discussões entre cientistas dão como superada a questão da neutralidade da ciência. Assume-se, à exceção dos grupos mais conservadores, que o trabalho de elaboração do conhecimento, e não somente a forma de sua apropriação, tem um conteúdo político, de classe. Contudo, no desenvolvimento do *fazer científico*, esses mesmos cientistas entregam-se à prática do ecletismo, que fundamenta e respalda a concepção da neutralidade científica.

Se alguém questiona a prática eclética, imediatamente é colocado sob a suspeição de dogmatismo. Logo, essa rejeição à crítica revela uma mal dissimulada justificativa a qualquer preço do ecletismo. Conseqüentemente, constata-se um óbvio distanciamento entre as declarações engajadas dos cientistas, e sua prática política preñe de concessões. Isto é, se a questão da neutralidade científica é dissimulada no discurso dos cientistas, a prática da investigação manifesta-se dominada pelo relativismo ideológico.

Dessa forma, o dito “tratamento não dogmático” das questões científicas dá margem às mais curiosas combinações de sistemas: “funcionalismo dialético”, “sociologia compreensiva e dialética”, “concepção estrutural-funcional e dialética” (*Id., ibid.*, p. 53), “fenomenologia dialética” (MARCUSE, 1968, p. 80), etc.

Essas combinações somente se explicam porque

“(...) o conhecimento é ‘desideologizado’ e colocado numa esfera acima das particularidades das perspectivas que se quer combinar. Assim, posso valer-me das categorias funcionalistas sem ser reacionário, ser revolucionário sem aplicar o marxismo, empregar conceitos dialéticos para compor uma concepção weberiana ou positivista. Frente a isso, adquire vida a formidável expressão de Lukács: ética de esquerda, epistemologia de direita.” (NOGUEIRA, 1978, p. 53)

Apesar de a dialética aparecer como componente constante, todas as combinações aqui consideradas desembocam necessariamente numa *síntese eclética*, já que correspondem, sempre, a somatórios de fragmentos de distintos sistemas e perspectivas, não raro inconciliáveis. Pouco se prestam para a captação da sociedade enquanto totalidade concreta, na medida em que somente a *síntese dialética* faculta essa apreensão.

Ao cair no ecletismo, mesmo as “tendências progressistas” bem intencionadas, marcadas por uma retórica nitidamente de esquerda, fazem uma concessão fundamental à ideologia burguesa. Em essência, o fulcro do ecletismo é a negação da possibilidade de uma ciência da totalidade concreta, de um sistema que dê conta do real de forma auto-suficiente. Disso deriva que, mesmo quando utiliza categorias marxistas, o ecletismo faz anti-marxismo. Marxismo e ecletismo são epistemologicamente inconciliáveis, do que se conclui que a qualquer pretensa forma de marxismo eclético deve ser negada, antes de mais nada, a qualificação de marxista.

É inegável que a especialização do saber desfruta de uma hegemonia inconteste na sociedade capitalista, preside aos planos de formação de todas as especialidades de nível superior e se faz presente inclusive nas escolas de ensino básico. Nossa formação está profundamente marcada pela especialização do saber.

E se no âmbito do marxismo a crítica à especialização do saber já havia sido feita, a defesa dessa tendência da ciência burguesa sustentou-se até a segunda metade do século XX. Não nos esqueçamos que os próprios expoentes do pensamento burguês já alertavam para certos perigos que rondavam a formação do homem submetido à especialização do saber. Um perigo contornável, contudo. O testemunho insuspeito de Comte basta para acentuar esse fato¹. Mas a especialização do saber sustentava-se e era defendida nas hostes burguesas.

¹ “O verdadeiro meio de cessar a influência deletéria que parece ameaçar o porvir intelectual, em consequência duma demasiada especialização das pesquisas individuais (...) consiste (...) no aperfeiçoamento da própria divisão do trabalho. Basta fazer do estudo das generalidades científicas outra grande especialidade. Que uma classe nova de cientistas, preparados por uma educação conveniente, sem se entregar à cultura especial de algum ramo particular da filosofia natural, se ocupe unicamente, considerando as diversas ciências positivas em seu estado atual, em determinar exatamente o espírito de cada uma delas, em descobrir suas relações e seus encadeamentos, em resumir, se for possível, todos os seus princípios próprios num número menor de princípios comuns, conformando-se sem cessar às máximas fundamentais do método positivo.” (COMTE, 1983, p. 12)

Ao fragmentar progressivamente o conhecimento, contudo, de tal forma que, cada vez mais, os cientistas se especializam numa esfera microscópica do todo, essa tendência se viu severamente exacerbada. Os cortes e recortes do conhecimento não são graves em si mesmos, nem são arbitrários, pois, deve-se reconhecer, representam algo determinado pelas transformações que se processam na base material da sociedade capitalista. Grave é o fato de, com a exacerbção da especialização, ter sido subtraída do estudioso a possibilidade de recuperar a unidade do real. Ele se aprofunda numa área restrita do conhecimento e deixa de dispor de instrumentos para retornar, no plano do pensamento, à totalidade. Isto se expressa como impossibilidade de compreensão da ordem social pela ausência de domínio das leis que a regem. Eis o que inviabiliza a sua captação. Assim, os cientistas deixaram de ser sábios; não compreendem o seu fazer nem identificam a função social do conhecimento que produzem. Os cientistas, portanto, mutilados pela especialização do saber, encontram-se numa situação muito semelhante à dos trabalhadores manuais, da mesma forma mutilados pela divisão do trabalho.

Esse estado de coisas não é fortuito. Evidencia, isto sim, a eficácia de um mecanismo de controle ideológico, através do qual o capital estendeu o seu domínio sobre a universidade e a educação como um todo. Na perspectiva do capital, portanto, nenhuma reforma universitária, nenhuma reforma curricular solucionará a limitação apontada. Pela via institucional, os cientistas e profissionais de nível superior, durante o processo de formação, não têm acesso a conhecimentos que evidenciem o caráter histórico das obras humanas, pois eles alertam para o caráter histórico da sociedade concreta de nosso tempo e, portanto, para o passageiro domínio exercido pelo capital. Eis o segredo da especialização do saber, que nos remete para a contradição maior que atravessa a sociedade capitalista: o caráter social da produção, de um lado, e a apropriação privada da riqueza, de outro; o antagonismo entre o capital, que busca perpetuar algo que é histórico, a sociedade capitalista, e a força de trabalho, explorada mas artífice de uma nova sociedade, na qual tanto os cientistas quanto os trabalhadores manuais superarão a condição de existência que os torna seres parciais, mutilados em múltiplas de suas potencialidades.

Vale, por fim, discutir falsas propostas de solução para a questão da especialização do saber, veiculadas pelos porta-vozes do capital. Mas, para tanto, a questão da especialização do saber deve ser tratada no âmbito da divisão do trabalho, de forma a considerá-la na amplitude devida ao envolver todo o conjunto de trabalhadores da sociedade capitalista. Não há como dissociar a especialização do saber na esfera do conhecimento e a divisão do trabalho nos limites da fábrica. Também para os trabalhadores manuais as propostas de superação da divisão do trabalho têm a conotação de cantos de sereias.

Em face dos efeitos mutiladores que a divisão do trabalho tem gerado para os trabalhadores, vêm sendo formuladas, por exemplo, propostas de requalificação profissional (PAIVA e RATTNER, 1985, 136 p.).

Há um equívoco em sua origem: o de por em relevo a impressão geral de que a *especialização profissional* é negativa, ruim e não desejável aos trabalhadores. Ao invés de se focalizarem sobre o que a *especialização profissional* representa no sentido de aliviar o homem das formas mais desgastantes e penosas do trabalho, bem como sobre o aumento da produtividade a ela associado, tais propostas reportam-se aos seus efeitos imediatos sobre o trabalhador, decorrentes da forma de sua apropriação pelo capital. Acentue-se que o desemprego e a “quase total corrupção e degeneração” do trabalhador, a sua “estupidez e ignorância”, o “torpor de seu raciocínio”, são conseqüências da forma pela qual o capitalismo serve-se de importantes conquistas humanas, tais como o desenvolvimento tecnológico e a divisão do trabalho. O trabalho simples e a especialização profissional só se encontram na origem dessas mutilações, aqui traduzidas em expressões literais de Adam Smith (1983, p. 389-425), por força das condições de existência impostas pelo capital aos trabalhadores: o salário não lhes permite desenvolver suas capacidades “*intelectuais e marciais*”, enquanto as longas e estafantes jornadas de trabalho não lhes dão tempo para utilizá-las. Atente-se para o fato de que a elevação da produtividade do trabalho, ensejada pelo desenvolvimento tecnológico e pelo aprofundamento da divisão do trabalho, gera desemprego e intensificação do ritmo do trabalho sob o capitalismo. Mas, do ponto de vista material, essa elevação cria objetivamente, também, as condições para a diminuição da jornada de trabalho e para que os trabalhadores apliquem, portanto, o tempo liberado pelo trabalho em lazer, em esportes, em cultura e outras atividades que lhes permitam fazer uso de todas as suas capacidades humanas.

Definitivamente, no mundo contemporâneo a especialização profissional não representa uma limitação para o trabalhador. A única limitação que pesa contra ele, de fato, deriva da forma pela qual a especialização profissional é explorada, sob a égide do capital, no sentido de desvalorizar e embrutecer a força de trabalho. Se destruída fosse a dominação do capital, a simplificação do trabalho se revelaria não como um instrumento de exploração mas como um ganho para o trabalhador ao liberá-lo das formas mais desgastantes do trabalho. O desenvolvimento tecnológico ao ser incorporado à produção, igualmente, não desempregaria trabalhadores, não diminuiria salários nem intensificaria o ritmo de trabalho mas asseguraria aos operários a contrapartida da diminuição da jornada de trabalho. Em síntese, por manter a apropriação privada da riqueza, por impedir a redução da jornada de trabalho, por intensificar o ritmo da produção e desempregar parte dos operários quando incorpora inovações tecnológicas, é a exploração capitalista que inviabiliza aos trabalhadores a possibilidade de acesso aos meios de satisfação das necessidades humanas ligadas às práticas do lazer e das atividades esportivas e culturais, inclusive à educação. Como já foi dito, as condições objetivas em que repousa tal possibilidade estão criadas e se expressam na elevação gigantesca da produtividade do trabalho, decorrente do desenvolvimento tecnológico, ao qual estão associadas a divisão, a simplificação e a

objetivação do trabalho, bem como a especialização profissional. Essa possibilidade só não se realiza, no âmbito da sociedade burguesa, por força de obstrução política imposta pelo capital. A razão desse fato é muito simples: por tender de forma sistemática à sua própria valorização, o capital se obriga a atuar, paralelamente, no sentido de desvalorizar a força de trabalho; para viabilizar a sua própria reprodução, o capital impõe, sobretudo, a reprodução das relações de produção.

Entre os educadores, parece que outra noção equivocada dificulta o entendimento da questão relativa à especialização profissional. Trata-se da errônea associação da qualificação profissional, essa categoria historicamente anacrônica, à escolarização, entendida como a sua fonte. Na medida em que ocorre essa redução, a defesa da qualificação profissional ganha o conteúdo, também, de recurso para garantir educação aos trabalhadores. Ou seja, quando o ponto de partida é o de que a especialização profissional dispensa a escola, julga-se que também o trabalhador estaria ameaçado de ver cerrar-se, automaticamente, a fonte que lhe asseguraria acesso à cultura e à possibilidade de tornar-se um cidadão pleno. Afirme-se que a tendência à especialização profissional em absoluto sinaliza no sentido de exclusão do trabalhador da escola. Essa idéia de exclusão só emerge quando o pressuposto é errôneo; quando, a despeito das declarações em contrário, a educação do trabalhador é pensada como algo redutível aos limites de sua formação profissional.

A questão primordial que se coloca para os trabalhadores de nosso tempo não é a de requalificação profissional, pois historicamente superada, mas, sim, a do acesso ao conhecimento que lhes permita compreender a sociedade capitalista e seu movimento. Seria esse conhecimento que lhes facultaria o entendimento do próprio fazer pela apreensão de suas funções no todo social; que lhes asseguraria a possibilidade de superar as limitações dos conhecimentos fundamentais de que dispõem no dia a dia, tanto os científicos quanto os humanísticos, em decorrência do caráter especializado, portanto abstrato, que assumiram. Em resumo, os trabalhadores vêem-se limitados na época contemporânea não pela especialização profissional mas, sim, pela falta do domínio teórico que lhes permita apreender a *totalidade* em pensamento. Nem sempre se percebe o quanto Marx insistiu nessa questão. Ao discutir a necessidade histórica de o proletariado transformar-se em classe para si, por meio da consciência de classe, o pensador alemão não estava falando de outra coisa senão do caráter imprescindível de que se reveste o domínio da totalidade pelo trabalhador. Se a postulação é a de que aos operários, submetidos à divisão do trabalho, não resta outra alternativa senão a de ter acesso ao domínio da totalidade em pensamento, conclui-se que o caminho voltado para a recuperação da intencionalidade do projeto de trabalho é falso. Logo, não se advoga, sob hipótese nenhuma, a idéia de requalificação dos trabalhadores porque as condições objetivas da produção capitalista estão dispostas no sentido de incorporar trabalho simples. Tem-se a clareza de que a força de trabalho é reclamada pela produção capitalista, basicamente, para realizar trabalho simples. Ao mesmo tempo, fica evidente que o capital empreende uma

iniciativa com fins de manipulação ideológica, exclusivamente, ao fazer os operários circularem pelos postos das diferentes oficinas das fábricas. Iniciativas como essa visam, tão somente, assegurar a adesão subjetiva dos trabalhadores às plataformas das empresas, enquanto lhes são negados os conhecimentos de que realmente carecem. Os conhecimentos de que necessitam são de outra natureza e, por meio deles, lhes seriam asseguradas as possibilidades de captar a totalidade pela apreensão das leis que regem o seu movimento; de chegar ao reconhecimento do trabalho simples como necessidade histórica e como conquista de uma época humana; ao entendimento da importância social do fazer do trabalhador, quando este se reduziu historicamente a força de trabalho, e do papel de sua classe na transformação social.

Como já foi apontado, os efeitos cerceadores em questão, promovidos pela divisão do trabalho no âmbito do modo de produção capitalista, não atingem exclusivamente aos trabalhadores produtivos. Eles se estendem, também, aos trabalhadores que desenvolvem atividades intelectuais. Da mesma forma, os homens devotados ao trabalho intelectual, submetidos pela especialização do saber, necessitam ter acesso à totalidade para recuperar em pensamento a unidade do real, possibilidade inviabilizada pelos fragmentados conhecimentos que dominam. Nesse caso, novamente, constatam-se iniciativas do capital que tergiversam. Por ser impossível, hoje, escamotear os efeitos da especialização do saber, que limitam o entendimento dos problemas humanos em função da fragmentação do conhecimento, são incentivadas abordagens *interdisciplinares*, *multidisciplinares* ou *transdisciplinares* de um objeto qualquer colocado em questão. Sem entrar nas nuances que possam diferenciar essas formas de abordagem, afirma-se que, ao buscarem superar a visão parcial do especialista através do concurso de um conjunto de especialistas de diferentes áreas do conhecimento, terminam por produzir uma soma eclética de elaborações marcadas pela especialização. Ao invés de superar a limitação posta pela especialização do saber, tais alternativas agravam os resultados. Estes deixam de ser um corpo marcado pelo olhar enviesado de um especialista para tornar-se uma massa não integrada de conhecimentos, produzida por tantos olhares enviesados quantos forem os especialistas reunidos.

Esclareça-se que essa questão, tal como vem se conformando, não será posta em discussão pelo capital nem será superada pela perspectiva política que o anima. Ela deve ser tratada por todos aqueles que procuram se colocar no campo de uma nova sociedade a ser produzida pelo homem. A postura política exigida de todos os que se alinham para a conquista do novo não poderá se reduzir a boas intenções associadas a um voluntarismo cego, nem ao estudo e à discussão intelectual descomprometidos, pois, pelo seu caráter diletante, se esgotam em si mesmos.

Se nos marcos da sociedade capitalista o que se reproduz é a especialização do saber, exacerbada e excludente ao negar a totalidade, a mobilização dos educadores visando à sua superação restringir-se-á de início, necessariamente, ao plano do pensamento. Mesmo diante de um

quadro político desfavorável, mesmo dentro de estabelecimentos universitários pouco avançados, mesmo dentro das escolas fundamentais e médias que não primam por razoáveis condições de trabalho, professores e alunos que pugnam pela transformação social podem explorar, conseqüentemente, até mesmo as atuais estruturas curriculares dos cursos existentes e operar uma reorganização do plano de estudos de forma a mudar sensivelmente o sentido imposto à formação escolar.

O rumo para a superação dos limites concretos postos pela sociedade capitalista, presentemente, deve ser dado pela combinação da teoria com o exercício de prática política conseqüente. Como decorrência, afirma-se que a superação da divisão do trabalho e da especialização do saber pode e deve se iniciar através do estudo, dirigido no sentido de possibilitar a apreensão da totalidade em pensamento. O domínio da teoria referente à sociedade de nosso tempo se constitui em frente de ação privilegiada para iluminar e direcionar a prática política, configurando-a estrategicamente e definindo-a taticamente, além de já representar o seu desencadeamento. Revela-se, portanto, a necessidade de a prática ser sistematicamente pensada e direcionada pela teoria, o que coloca nos seus devidos termos a relação entre teoria e prática e permite o reconhecimento de que não há nada de mais prático do que a teoria.

Referências

- Alves, Gilberto Luiz. Da história à história da educação. São Carlos, SP: UFSCar, 1981. 141 p.
- COMTE, Auguste. *Curso de filosofia positiva*. In: Auguste Comte. Trad. de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 1-39.
- Lukács, Georg. *Marx e o problema da decadência ideológica*. In: Marxismo e teoria da literatura. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. 288 p.
- Lukács, Georg. *História e consciência de classe: estudos de dialética marxista*. Trad. de Telma Costa. Porto: Escorpião, 1974. 378 p.
- Marcuse, Herbert. *Materialismo histórico e existência*. Trad. de Vamireh Chacon. 2.ed.rev.ampl. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968. 159 p.
- Marx, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Trad. de Reginaldo Sant'Anna 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s.d. v. 1, 2 t.
- Marx, K. & Engels, F. *A ideologia alemã: crítica da filosofia alemã na pessoa dos seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner...* Trad. de Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. 3.ed. Portugal: Presença; Brasil: Martins Fontes, s.d. 2 t.
- Nogueira, Marco Aurélio. *Anotações preliminares para uma história crítica da sociologia*. Temas de Ciências Humanas, São Paulo, 3:19-59, 1978.
- Paiva, Vanilda e RATTNER, Henrique. *Educação permanente e capitalismo tardio*. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1985. 136 p.
- Smith, Adam. *Riqueza das nações*. Trad. de Luís Cristóvão de Aguiar. Lisboa: Gulbenkian, 1983. t. 2, 814 p.